



ADIMB

Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro

Clipping n° 38/2022

**O conteúdo das matérias é de inteira
responsabilidade
dos meios de origem.**

16 de Novembro de 2022

SimeXmin

X SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EXPLORAÇÃO MINERAL X BRAZILIAN SYMPOSIUM ON MINERAL EXPLORATION

27 A 30 DE NOVEMBRO DE 2022

OURO PRETO/MG PARQUE METALÚRGICO

Inscrições Abertas!

CONFIRA A
PROGRAMAÇÃO
COMPLETA!



O Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral - SIMEXMIN é o evento técnico-científico de maior relevância organizado pela Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro - ADIMB, pois é o fórum de referência para o desenvolvimento da pesquisa mineral do Brasil.

O X SIMEXMIN será realizado presencialmente na cidade de Ouro Preto (MG) no período de 27/11 a 30/11/2022 e trará doze sessões temáticas com palestras de profissionais da indústria, da academia e do governo, além de especialistas de nível internacional, que abrangerão aspectos técnicos, econômicos, políticos, de investimentos e legais, sociais, ambientais e de governança, intrinsecamente relacionados à pesquisa mineral e mineração no Brasil.

Concomitantemente às sessões temáticas ocorrerá a ExpoSIMEXMIN 2022, um ambiente de estandes onde empresas privadas e instituições públicas terão a oportunidade de expor seus produtos e serviços, realizar negócios, assim como compartilhar experiências, avanços e desafios institucionais na pesquisa mineral e mineração brasileira.

ADIMB.ORG.BR/SIMEXMIN2022

Promoção



Patrocinador Diamante



Patrocinador Ouro



Patrocinador Prata:



Patrocinador Cobre:



Apoio Institucional





UM **EXPANSIONISTA** DA **PESQUISA** MINERAL **NO BRASIL**

Experiente quadro da ADIMB – Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro, entidade com 26 anos de história, ele é um ativista em prol da pesquisa mineral no Brasil. Geólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), teve seu primeiro emprego em uma multinacional sul-africana de ouro, passou por uma editora de livros técnicos e voltou para a mineração como gerente nacional de uma junior company de ouro e platinóides. Admitido na área de Exploração Mineral da Codelco do Brasil se tornou, logo depois, presidente da empresa, posição que ocupou por 14 anos, até março de 2022, quando a gigante estatal chilena de cobre encerrou suas operações por aqui.

Desde abril deste ano, Marcos André Gomes Veiga Gonçalves é o diretor de Metais Básicos e Novos Negócios da Bemisa, mineradora brasileira que opera o Complexo Baratinha, de minério de ferro, em Minas Gerais, e está implantando o projeto Água Azul, de ouro, no Pará. Na nova casa, o executivo tem a função, entre outras, de captar projetos minerais promissores e investir em seu desenvolvimento, ampliando a carteira de ativos minerários da empresa, já bastante múltipla. Gonçalves é também o presidente do Conselho Diretor da ADIMB, que se prepara para realizar, em novembro, o décimo Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral (Simexmin), este ano de forma presencial.

Nesta entrevista exclusiva à In the Mine, o geólogo fala das diferenças de trabalhar em junior e major companies, da ADIMB, da Bemisa, do PDAC 2022 e, claro, do Simexmin. Aborda, ainda, temas como exploração mineral no Brasil e mecanismos para seu financiamento e desaprova a revisão do marco legal da mineração. O executivo faz, ainda, considerações sobre a mineração em Terras Indígenas e a dificuldade do setor em comunicar uma imagem positiva da mineração. A jovens geólogos recomenda a experimentação, as descobertas e as boas amizades. Avisa que nada vem fácil. E que é preciso seguir em frente.

Foto: Divulgação

ITM: Em seus 26 anos de atuação no setor mineral, o senhor trabalhou em junior e major companies. Quais as diferenças entre essas empresas?

Gonçalves: Os contrastes são evidentes. Em uma junior company, o horizonte de planejamento é, na maioria das vezes, de muito de curto prazo. Já as majors têm capacidade de elaborar um planejamento estratégico, considerando prazos mais longos. Outra grande diferença entre as pequenas e grandes empresas onde atuei era a forma como cada uma se posicionou ao longo dos ciclos de baixas e altas dos preços das commodities, retraindo ou mantendo seu investimento nos projetos.

ITM: Como foi presidir a Codelco do Brasil, a gigante estatal de cobre do Chile?

Gonçalves: Presidi a Codelco em 2008 e, em 2009, fui nomeado como presidente porque a empresa queria um executivo brasileiro à frente de suas operações no Brasil. Durante os 14 anos em que exerci esse cargo tive muitas experiências gratificantes, especialmente a de lidar com todos os profissionais que por lá passaram. Testemunhei cinco gestões diferentes da matriz da companhia no Chile, todas com a resiliência de persistir na expansão internacional. Nesse período realizamos pesquisa mineral em quase todos os estados do Brasil, exceto na faixa de fronteira, avaliando centenas de oportunidades próprias e de terceiros. Como a Codelco é uma empresa que, pela lei chilena, só pode operar minas de cobre, os projetos de outra natureza eram vendidos no mercado, sempre deixando a porta aberta para, no futuro, desenvolver um projeto específico de cobre. Foi uma fórmula muito exitosa, embora complicada se consideramos os mega jazimentos de cobre existentes no Chile.

ITM: O foco aqui, então, era buscar grandes depósitos de cobre?

Gonçalves: Sim. Mas também consideramos jazidas menores, de cobre ou não, que pudessem gerar negócios para a companhia e financiar sua operação no país, sem a necessidade de aportes constantes da matriz. Embora pareça uma visão racional e sensata, nem sempre é fácil atuar assim. O Brasil tem potencial para ocorrências de cobre, mas nossa perspectiva era a de uma empresa que produz centenas de milhares de toneladas de cobre por ano. Outra experiência interessante na Codelco

foi a maneira paciente e pragmática com que a alta direção lidou com as crises de 2008/2009 (subprime), mundial, e de 2013/2014 (paralisação da concessão de alvarás de pesquisa), no Brasil. Não houve a decisão fácil e imediatista de encerrar a operação no país e focar no Chile. Essa decisão só veio em março de 2022, essencialmente para priorizar os projetos gigantes de expansão no Chile.

ITM: Desde abril deste ano, o senhor é o diretor de Metais Básicos e Novos Negócios da Bemisa. Qual é o histórico da companhia?

Gonçalves:

A Bemisa é uma empresa brasileira, que iniciou atividades em 2007 e atravessou vários ciclos de alta e baixa do setor de mineração. Entre eles, uma passagem interessante é a dos dois anos da pandemia de Covid-19, período em que a empresa não interrompeu suas atividades e ainda cresceu, saindo de 500 para cerca de 850 empregados diretos, sem contar os terceirizados. Hoje, temos o Complexo Baratinha em Minas Gerais, com capacidade de produção de 2,3 Mtpa de minério de ferro e projeto de expansão da vida útil da mina. Em breve, teremos também a entrada em operação da mina de ouro Água Azul, na cidade homônima no Pará. A princípio, em fase experimental com guia de utilização e, na sequência, por meio de decreto de lavra, com produção inicial de 14 mil onças de ouro ao ano.

ITM: A Bemisa tem uma carteira variada de projetos. Como eles devem ser financiados?

Gonçalves: A empresa busca diversificar e ampliar seu portfólio de projetos, criando valor e aproveitando as oportunidades de negócio que surgem. Uma das minhas funções na empresa, aliás, é captar bons projetos e investir neles. A forma de financiamento é uma decisão do Conselho de Administração, mas, essencialmente, são empregados recursos próprios. Às vezes, um projeto entra em um ritmo de espera para que outro, com melhores resultados, possa ser impulsionado. É uma forma de atuação comum a outras empresas do setor.

ITM: Atualmente, o senhor é presidente do Conselho Superior da ADIMB. Como tem sido sua participação na entidade?

“

A maior diferença entre uma grande e uma pequena mineradora é como cada uma se posiciona ao longo dos ciclos de baixas e altas dos preços das commodities”

Gonçalves: Tenho um relacionamento de cerca de 20 anos com a ADIMB e, desde então, tenho dedicado parte de meu tempo à instituição, onde sempre convivi com profissionais da mais alta categoria. Já exerci a presidência executiva duas vezes e agora estou como presidente do Conselho Superior. Os principais focos da agência são a pesquisa mineral, a inovação tecnológica e a capacitação de profissionais do setor. Nesse contexto, a ADIMB possui as capacidades necessárias, por exemplo, para reunir, em um mesmo projeto, uma equipe de pesquisadores de universidades, companhias de pesquisa como o SGB-CPRM (Serviço Geológico do Brasil), consultorias e empresas de mineração. As mineradoras, que são associadas da ADIMB e financiam esses projetos, passado o período de confidencialidade, liberam o trabalho para divulgação pública, contribuindo para agregar conhecimento técnico ao setor como um todo. Hoje, temos projetos colaborativos com a Vale, a Centaurus e a Oz Minerals, por exemplo, que buscam resolver questões importantes relacionadas à pesquisa mineral nessas empresas.

ITM: Como a entidade foi se atualizando, ao longo do tempo, diante de tantas mudanças tecnológicas e conceituais na mineração?

Gonçalves: A ADIMB tem reverberado todas as transformações que ocorreram no setor mineral. Muita coisa mudou: a maneira de lidar, tratar e obter patrocínios, seja para cursos, projetos ou expedições geológicas. Temos que considerar a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e questões de compliance, rastreabilidade e transparência. As exigências das empresas são muito maiores, o que requer maiores cuidados com os recursos dos projetos colaborativos, por exemplo, que são de terceiros. Os processos são mais complexos, mas a ADIMB está se adaptando. Aprendemos muito sobre convergência digital durante a pandemia. Outra mudança é o aumento da participação de mulheres em nossas atividades. Entre os cinco membros de nossa atual diretoria executiva, por exemplo, há três mulheres e dois homens.

ITM: Como foi a organização e quais os destaques da participação brasileira no PDAC neste ano?

Gonçalves: Contamos com o apoio firme do MME (Ministério de Minas e Energia), do SGM-CPRM e da ANM (Agência Nacional de Mineração), além de empresas privadas do setor, todos

decididos a garantir a presença de uma delegação brasileira robusta no evento. Graças a esse grande alinhamento dos setores público e privado de nossa mineração, conseguimos que o Brasil permanecesse como country sponsor também neste ano. Foi a edição de maior superávit para a ADIMB, com importante aporte de recursos para a manutenção de nossas atividades. Durante a convenção, dois destaques foram o caráter mais diversificado das palestras técnicas, abordando temas além de ouro e ferro, e o interesse em minerais estratégicos, em especial níquel, lítio e grafita. Também chamou a atenção, na comitiva brasileira, a presença de profissionais mais jovens e de empresas de Inteligência Artificial e Machine Learning aplicadas.

“

A questão principal em relação às junior companies está muito mais relacionada ao fato de não termos ainda uma bolsa de valores do tipo Venture Capital”

ITM: Em sua opinião, há necessidade de políticas públicas para junior companies de exploração mineral?

Gonçalves: A questão principal em relação às junior companies está muito mais relacionada ao fato de não termos ainda uma bolsa de valores do tipo Venture Capital. Alguns aspectos estão sim vinculados, em parte, às políticas públicas que, em última análise, impactam o ambiente de negócios no país. Contudo, existe uma segmentação do setor mineral em empresas de pequeno, médio e grande porte e entre as que são produtoras e as focadas exclusivamente em pesquisa mineral, além das cooperativas. A questão de custos afeta a todos,

porém de maneiras diferentes.

ITM: Um dos maiores obstáculos é o custo dos equipamentos.

Gonçalves: Sim. Temos poucos fornecedores desse tipo de equipamentos e, em comparação a países como Austrália, Canadá e Chile, fica evidente que há muito a se avançar ainda nessa questão. Mas não podemos confundir o alto custo desses equipamentos com a inflação de preços em razão da logística internacional ou de crises externas que impactam as cadeias de suprimento globais. A dificuldade de manutenção ou conserto de equipamentos também é grande e, logicamente, afeta muito mais os pequenos mineradores.

ITM: Em termos de financiamento, como o senhor avalia a primeira chamada pública realizada pelo Invest Mining em maio passado?

Gonçalves: Foi bem-sucedida, com 33 projetos submetidos, e servirá como oportunidade para a correção de rumos e ajustes em todo o processo. O último evento do Invest Mining em 2022 será em 30 de novembro, em Ouro Preto (MG), durante o X Simexmin (Simpósio Brasileiro de Exploração Mineral). Em paralelo, a ADIMB está trabalhando juntamente com a ABPM (Associação Brasileira de Pesquisa Mineral), o IBRAM (Instituto Brasileiro de Mineração) e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), para ajustar algumas das propostas recebidas e divulgar seu resumo aos interessados em nosso website (www.investmining.com.br).

ITM: O governo federal busca criar instrumentos de financiamento a projetos minerais, inclusive com alteração do marco legal do setor. Esse é um caminho?

Gonçalves:

Algumas das dificuldades enfrentadas hoje pelo setor dizem respeito a temas transversais a toda a atividade econômica. Não acredito que seja necessário mudar a legislação e me preocupa que isso afugente o investidor. Algo que considero urgente e importante é a retomada, com um fluxo contínuo e previsível, dos editais de disponibilidade de áreas pela ANM, visto o sucesso das cinco primeiras rodadas. Também é fundamental, como falei, a criação de uma bolsa de valores no Brasil, em paralelo com instrumentos que permitam diversificar as fontes de recursos para financiamento da mineração, com oportunidades de escolha para o pequeno minerador e as junior companies, em especial as não produtoras. Isso tem sido discutido em fóruns como o IMME (Iniciativa Mineração, Mercado e Energia). Para financiar a pesquisa mineral, ainda, é preciso aprimorar a resolução sobre direito minerário como garantia. O minerador deve poder utilizar esse instrumento independente da etapa em que se encontra seu projeto. Trata-se de uma negociação entre entes privados, do lado de quem toma o risco e de quem aceita os termos oferecidos para a garantia.

ITM: O senhor concorda com a mineração em Terras Indígenas (TI's)?

Gonçalves: Acredito que é necessário pacificar o entendimento sobre as ditas zonas de amortecimento de TI's. Essa restrição atrasa a pesquisa mineral, visto a espera de meses por uma

decisão que permita ou não a atividade nessas áreas. Além do que não existe, que eu saiba, TI com zona de amortecimento. Ampliou-se para as terras indígenas o conceito de zona de amortecimento das Unidades de Conservação. Sem entrar no mérito da polêmica, lembro que nossa Constituição permite a pesquisa mineral em TI's. O ideal é que essa disposição seja finalmente regulamentada.

ITM: Como o atual Código de Mineração pode ser aprimorado?

Gonçalves: Além dos leilões de áreas, que diminuem o estoque regulatório e criam mais oportunidades de investimento em pesquisa mineral, precisamos simplificar os procedimentos e suprimir a burocracia, fatores importantes para atrair capital ao país. Também poderia ser criada uma espécie de Parceria Público Privada (PPP) para a pesquisa mineral, no modelo que a ADIMB já vem empregando em seus projetos colaborativos, para retomar mapeamentos geológicos e levantamentos aerogeofísicos. Existe um espaço para a construção de ferramentas que alavanquem a pesquisa mineral e, talvez, a ADIMB seja uma plataforma para a convergência desse processo.

“

Não tem cabimento exigir licença ambiental para pesquisa mineral, que sabidamente é uma atividade de baixo impacto”

”

ITM: Também a legislação ambiental brasileira deveria ser modificada?

Gonçalves: Sem dúvida, precisamos ajustar o tema do licenciamento ambiental. Não tem cabimento, por exemplo, exigir licença ambiental para pesquisa mineral, sabidamente uma atividade de baixo impacto. A demora de meses, às vezes mais de um ano, na concessão da licença, prejudica o minerador e não remunera o estado por impedir o avanço da pesquisa mineral e postergar a descoberta de uma jazida. A licença ambiental é necessária para a extração mineral, quando há um fluxo contínuo de produção.

ITM: Falou-se muito na Exposibram em demonstrar à sociedade brasileira a importância da mineração, a exemplo do que faz o agronegócio. Qual é sua opinião a respeito?

Gonçalves: O agronegócio é muito citado como benchmark de comunicação, mas são setores com capilaridades diferentes na sociedade. A safra agrícola acontece entre três e cinco



Foto: Divulgação

PERFIL

Nasceu em: 13 de abril de 1969, no Rio de Janeiro (RJ)

Mora em: Rio de Janeiro (RJ)

Formação Acadêmica: Geólogo, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Administração e Política de Recursos Minerais, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). MBA em Logística Empresarial pela FGV-RJ (Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro)

Trajetória Profissional: Geólogo na Gold Fields, multinacional sul-africana de ouro (1996 a 1999). Coordenador de Logística na Ediouro Publicações (2000). Gerente nacional da Solitario Resources (2001 a 2008), uma junior company com atuação em projetos de ouro e platinóides – platina e paládio, principalmente – através das subsidiárias Altoro Mineração e Pedra Branca do Brasil Mineração, no Mato Grosso, Pará e Bahia. Presidente da Codelco do Brasil Mineração (2008 a 2022). Diretor de Metais Básicos e Novos Negócios na Bemisa (a partir de abril de 2022)

Família: Casado, com três filhos

Hobby: Ler, caminhar e fazer trilhas, viajar

Time de futebol: Flamengo

Um ídolo ou mestre: Nelson Mandela, pela obstinação e determinação em busca de um ideal

Maior decepção até hoje: Não implantar uma mina, fruto de um projeto que tenha saído do zero

Maior realização até hoje: A família que eu construí e mantenho até hoje

Um projeto: Deixar um legado de realização, de algum protagonismo e de contribuição para ver nossa mineração crescer e se diversificar no Brasil

Um “conselho” a jovens geólogos: Experimentem no início, descubram do que gostam, cerquem-se de boas amizades e sigam em frente. Nada vem fácil

meses. A validação de uma jazida mineral e sua conversão em mina podem levar mais de 12 anos. Todos veem a fazenda, a semeadura, a colheita, enquanto a pesquisa mineral não está no dia a dia dos povoados, vilas e cidades. Emprega menos pessoas e é mais pulverizada porque a maioria dos projetos não resiste à primeira etapa de sondagem. Por sua vez, quando a mina chega, não ocupa uma área de milhares de hectares na superfície do solo. Isso se não for subterrânea. De toda forma, não transmitimos bem os benefícios indiretos da instalação de uma mina nas economias locais e não acho que vamos conser-tar um longo período de má comunicação com a sociedade da noite para o dia. Embora sejamos cobrados disso com urgência, inclusive em nossas casas. Precisamos demonstrar o quão fundamental a mineração é hoje e será no futuro. Principalmente, se quisermos incorporar as novas tecnologias tão necessárias à transição energética e ao desenvolvimento do país.

ITM: Estamos às vésperas da realização do Simexmin. Quais são as expectativas para esse encontro?

Gonçalves: Passamos por dois anos difíceis durante a pandemia de Covid-19, com receitas bastante escassas e, tanto o Simexmin quanto nossos cursos, tiveram que ser realizados de forma virtual, o que foi um enorme desafio e um grande aprendizado. Nossa expectativa, agora, é otimista e cautelosa ao mesmo tempo. Principalmente depois da mobilização que vimos para a delegação brasileira no PDAC. Retornamos em novembro, ao invés do tradicional mês de maio, e já contamos com 13 patrocinadores e todos os estandes ocupados, após um intenso trabalho nas mídias sociais.

ITM: Quais temas farão parte do simpósio?

Gonçalves: Ao longo de três dias, entre 27 e 30 de novembro de 2022, teremos 12 painéis temáticos, tratando de temas como o desenvolvimento de projetos no país; as perspectivas futuras para o setor de mineração; mecanismos de investimento para projetos de mineração; ESG (Governança ambiental, social e corporativa); e inovação. Teremos também a atualização dos mapas metalogenéticos da Colômbia, Peru, Equador e da América do Sul, além de uma apresentação da Comissão Brasileira de Recursos e Reservas (CBRR). Em paralelo, o SGB-CPRM divulgará seu Balanço Social e será ministrado um curso para professores da rede municipal de Ouro Preto (MG). Também teremos uma premiação com a entrega da “Medalha Professor Onildo Marini” ao melhor vídeo sobre Geologia Econômica, realizado por alunos de graduação, pós-graduação, docentes e pesquisadores de instituições de ensino ou pesquisa do Brasil.

Especialistas debatem relação entre ESG e ODS com o setor de mineração

ESG e ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) estão intrinsecamente conectados, uma vez que, no âmbito da mineração, sinalizam para a sociedade os compromissos do setor nas tomadas de decisão para orientar investimentos, ações e projetos. Foi o que destacou a coordenadora geral do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME), Dione Macedo, na última terça-feira (8), durante o 7º Mineração e Comunidades. O evento, realizado pela revista Brasil Mineral.

“Os 17 ODS, embora tenham natureza global e sejam universalmente aplicáveis, dialogam com políticas e ações nos âmbitos regional e local. Essa é uma das razões que favorecem o seu vínculo com a mineração, uma vez que a rigidez locacional da mineração faz com que a atividade tenha que lidar com diferentes realidades econômicas, sociais e ambientais”, pontuou.

Um dos focos da programação era debater sobre a conciliação entre ESG e ODS para desenvolver territórios sustentáveis na mineração. Sobre esse ponto, o engenheiro com mestrado em cerâmica e geociências, Renato Ciminelli, afirmou que era preciso trabalhar a cooperação em cada segmento envolvido.

“Outro ponto para se colocar é que o próprio ODS induz à colaboração. É fazer com que a governança do território e da comunidade estabeleça um foco de colaboração com as próprias empresas, no caso, as de mineração. Esse sinergismo vai trazer maior economia, velocidade e contemplar as prioridades e expectativas das empresas, da sociedade e do território”, defendeu.

Ao longo da programação, os painéis ainda deverão abordar, por exemplo, questões relacionadas ao ciclo de vida das minerações e as alternativas de desenvolvimento socioeconômico, assim como mudanças na disposição de rejeitos em função das comunidades.

ESG e a mineração

O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) divulgou o documento denominado “Carta Compromisso do Setor Mineral”. Trata-se de uma declaração dos novos propósitos voluntários para o setor mineral, com metas estabelecidas, verificáveis e alcançáveis.

A carta ficou conhecida como ESG da Mineração. O documento, de acordo com o Ibram, esclarece a visão do instituto e suas associadas acerca de como a indústria minerária vai construir o futuro do setor.

COP27: indústria brasileira apresentará estratégias para enfrentar crise climática

Cerca de 60% das indústrias brasileiras têm área dedicada à sustentabilidade. Entre as ações estão a apresentação de um novo arcabouço de normas e leis visando regular a mineração do futuro; a criação de um centro de excelência de segurança operacional e P&D do setor mineral, para compartilhar e desenvolver boas práticas; além de criar relatório anual sobre segurança operacional através de fóruns específicos entre empresas do setor mineral, instituições de ensino e órgãos não-governamentais.

ODS 17

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma agenda mundial adotada em meio à Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, formada por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030.

Confira a lista dos ODS

- Erradicação da pobreza
- Fome zero e agricultura sustentável
- Saúde e bem-estar
- Educação de qualidade
- Igualdade de gênero
- Água limpa e saneamento
- Energia limpa e acessível
- Trabalho decente e crescimento econômico
- Inovação infraestrutura
- Redução das desigualdades
- Cidades e comunidades sustentáveis
- Consumo e produção responsáveis
- Ação contra a mudança global do clima
- Vida na água
- Vida terrestre
- Paz, justiça e instituições eficazes
- Parcerias e meios de implementação

Fonte: Brasil 61

Data: 14/11/2022

MRN está entre as três melhores empresas para se trabalhar no Norte do país

No ranking das corporações de grande porte, a empresa alcançou o segundo lugar, subindo duas posições na premiação regional do GPTW

Velocidade, tecnologias sociais e valorização das pessoas estão cada vez mais presentes no meio corporativo. Para acompanhar essa nova realidade, é necessário construir um espaço que promova o engajamento dos empregados, por meio de transparência, inclusão e respeito à diversidade. É alinhada a estes princípios que a Mineração Rio do Norte (MRN), que opera bauxita no distrito de Porto Trombetas (Oriximiná/PA), conquistou pelo terceiro ano consecutivo o título de uma das melhores empresas para se trabalhar no Norte do país, eleita pela pesquisa Great Place To Work (GPTW).

No ranking das empresas de grande porte, a MRN subiu duas posições este ano na comparação com 2021: passou de quarto para o segundo lugar. A cerimônia de premiação ocorreu em Belém, no Pará, na última terça-feira (8).

O gerente geral de Recursos Humanos, Almer Moreira, e o gerente de Planejamento e Controle Financeiro, Raimundo Estumano, representaram a empresa no evento. “Esse prêmio é uma coroação a todos os esforços dos empregados da MRN que, a cada ano, têm construído um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Isso é fundamental para que os resultados em gestão de pessoas aconteçam. É um orgulho fazer parte dessa conquista, da qual cada empregado faz a diferença e contribui com seu talento para tornar nossa empresa um lugar especial para trabalhar”, destacou Almer.

Para Raimundo Estumano, esse reconhecimento é gratificante. Há pouco mais de cinco anos no quadro de empregados da mineradora, ele destaca que esse prêmio teve um significado especial. “É uma grande responsabilidade porque, ao vermos nosso crescimento no ranking, só nos mostra que a MRN está num bom caminho ao ouvir cada vez mais os empregados”, afirmou.

Com o objetivo de incentivar o envolvimento, a mineradora criou e tem fortalecido, ano após ano, o Programa de Engajamento. A iniciativa tem o objetivo de estruturar governanças, desenvolver feedbacks, além de aplicar as práticas recomendadas pelo GPTW para eficácia de lideranças e valores. No total, 45 empregados integram grupos de afinidade para fomento das ações. “Nós temos construído um espaço propício para que nossos empregados possam transitar nos diferentes ambientes da empresa. Por isso, fazemos a pesquisa ‘Pulses’ para acompanhar o desenvolvimento dessas práticas. Temos, ainda, o MRN pra Todos, nosso programa de diversidade e inclusão, que também tem fortalecido esse espaço inclusivo dentro da empresa”, pontuou Almer.

Cultura e desenvolvimento

Entre os empregados à frente dos grupos de engajamento está a geóloga Keila Palheta, de 45 anos. Os 12 anos de trabalho na empresa a levaram à liderança do grupo ‘Maximização do Potencial Humano’. A profissional conta que a participação efetiva dos empregados nesses grupos tem desmistificado a ideia de que o engajamento corporativo é feito por apenas uma pessoa. “É muito evidente a integração das equipes. Aos poucos, os integrantes dos grupos percebem que o engajamento está dentro de cada um. É entender que, se você está em um dos melhores espaços para se trabalhar, você também é responsável por isso”, afirmou. Uma satisfação que também é compartilhada por quem está entre os recém-chegados da empresa, como é o caso do operador Benedito Cunha, de 33 anos. Com pouco mais de três anos na MRN, o profissional celebra a satisfação do envolvimento gerado nos dois grupos em que participa. “Sou muito realizado por fazer parte da companhia e muito feliz de saber que também faço parte dessa conquista alcançada na no ranking da GPTW porque sei que também contribuo para um ambiente de trabalho saudável e de harmonia”, declarou.

Sobre a premiação

Desde 1997, a pesquisa Great Place to Work (GPTW) analisa as Melhores Empresas para Trabalhar em 53 países. No Brasil, o levantamento conta com mais de 1.500 companhias participantes, representando mais de 1 milhão de empregados. É uma das pesquisas mais importantes do mercado sobre excelência em ambientes de trabalho.

Para chegar ao ranking final, a GPTW realiza três levantamentos: Perfil Demográfico 1 e 2 e uma pesquisa com os empregados focada nas dimensões de credibilidade, respeito e imparcialidade dos gestores, orgulho em relação ao trabalho e à empresa e camaradagem entre os colegas. Receber o reconhecimento dos próprios empregados é o que torna o resultado ainda mais satisfatório para as empresas premiadas.

Fonte: IBRAM

Data: 14/11/2022



Biden anuncia investimentos de US\$ 30 milhões em níquel e cobalto no Brasil

O anúncio de Biden ocorreu em um evento na cúpula do G20, realizada na ilha indonésia de Bali, juntamente com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente indonésio, Joko Widodo. O investimento nesses minerais faz parte de uma estratégia da Casa Branca de buscar reduzir a dependência das cadeias de suprimentos chinesas.

Contraponto ao megaprojeto chinês de infraestrutura

A iniciativa “Parceria para Infraestrutura e Investimento Global” (PGII, na sigla em inglês), liderada pelo G7 e que reúne as maiores economias industrializadas, busca ser uma resposta ao megaprojeto de infraestrutura chinês conhecido como Nova Rota da Seda.

O presidente dos Estados Unidos também comunicou novos investimentos em projetos na Índia, Honduras e Indonésia. Entre os projetos, em Honduras, painéis solares com equipamentos americanos serão instalados a partir de um empréstimo de US\$ 52 milhões da Export-Import Bank, agência de crédito à exportação, ao J.P. Morgan, que financiará a compra dos equipamentos pelo Banco Atlántida de Honduras.

Durante a reunião, Ursula von der Leyen afirmou que o PGII permitirá que seus signatários unam forças para responder à "demanda muito crescente" por energia renovável, para a qual os países do Sul global podem contribuir com "abundância de recursos naturais e potencial de energia limpa".

Fonte: O Globo

Data: 15/11/2022

ArcelorMittal e Órbi promovem Maratona de Inovação 2022

A produtora de aço ArcelorMittal e o Órbi Conecta, hub de inovação e empreendedorismo digital de Minas Gerais, anunciam nesta semana a Maratona de Inovação 2022 que será realizada nos dias 22 e 23 de novembro. O evento gratuito de inovação aberta contará com a participação de grandes empresas e startups e emitirá certificado de participação.

Conforme informou a ArcelorMittal, a Maratona de Inovação 2022 somará mais de 10 horas de conteúdo, com palestras, painéis e workshops. O evento será realizado no formato híbrido, com transmissão online e encontros presenciais no auditório da ArcelorMittal, localizado na região central de Belo Horizonte.

“Estamos trazendo para discussão temas super relevantes e em alta no mundo da inovação, como investimento em startups, cultura de inovação, depoimentos de empreendedores e gestores que estão fazendo a inovação acontecer na prática em empresas referência em inovação no Brasil. Serão mais de 20 especialistas que irão compartilhar estratégias, dicas e experiências. É um convite para uma conexão direta entre o público e os convidados. Nós queremos promover discussões, inspirar e engajar as pessoas, fortalecendo o ecossistema de inovação aberta”, destaca Rodrigo Carazolli, Head de Inovação Aberta da ArcelorMittal.

Segundo a empresa, um dos objetivos da Maratona é promover a aproximação do público ao ecossistema de inovação aberta, fornecendo conhecimento rico e eficaz para a promoção e o desenvolvimento das skills do futuro.

Estão confirmadas as participações de Paula Harraca, Diretora de Futuro da ArcelorMittal Aços Longos e Mineração LATAM; Álvaro Schocair, Fundador da Link School of Business; Bruno Stefani, Diretor Global de Inovação da Ambev; Dany Carvalho, CEO do Órbi Conecta; Monica Hauck, Fundadora e CEO da Sólides; Amanda Graciano Sócia e Head de Corporate Relation da Fisher Venture Builder; além de startups e executivos com carreiras marcadas pela inovação e outros agentes do ecossistema de inovação.

Fonte: Minera Brasil

Data: 11/11/2022

Criada JV de frete digital para mineração e siderurgia

Transportadora de granéis sólidos, como cal, coque, calcário, escória, quartzo, minério de ferro, carvão vegetal, cimento a granel, entre outros, a Lenarge Transportes e Serviços firmou parceria com a TMOV, logtech do setor de transporte rodoviário para o agronegócio, para criar uma joint venture que trabalhe com transporte de carga no setor de mineração, siderurgia e construção civil.

A JV tem como meta oferecer uma oferta de frete digital para estes mercados no País, ainda carente de soluções que embarquem estes tipos de produtos. Pelo acordo, a TMOV ficou com 51% de participação e quer levar a sua plataforma de tecnologia e de serviços financeiros para atrair mais caminhoneiros e clientes embarcadores de cargas, o que contribui para que o negócio ganhe escala.

A Lenarge tem receita de R\$ 500 milhões anuais e poderá digitalizar a sua base, além de disponibilizar as soluções TMOV aos seus clientes, como CSN, Votorantim, Gerdau e Usiminas. Com sede em Sabará (MG), a Lenarge tem um segundo braço de mercado, onde a própria frota conta com aproximadamente 1.000 caminhões e 1.400 carretas. Esse pilar, responsável por outros R\$ 500 milhões de faturamento, não entrou no acordo e continuará sendo gerido exclusivamente pela empresa.

A joint venture será chamada de LNT e terá um gestor da operação ainda não definido. O acordo já recebeu aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Os negócios para formação da JV duraram pouco mais de um ano. A Tmov propôs que a Lenarge entrasse para o seu modelo de marketplace, lançado em 2022, e a partir do qual caminhoneiros, transportadoras e donos de cargas podem negociar serviços e valores. “A Lenarge já pretendia investir em tecnologia para digitalizar e otimizar os seus processos”, afirma Márcio Afonso Moraes, diretor-presidente da Lenarge Transportes. “Vimos um potencial enorme de escalonar nossos serviços ao unirmos a tecnologia da Tmov”.

Com a parceria, a Lenarge prevê um crescimento de 30% em 2023 em relação a este ano, quando deve encerrar com R\$ 1,2 bilhão de faturamento. A companhia ficou com 49% do negócio.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 14/11/2022

O alumínio brasileiro e sua contribuição para os esforços de transição da economia de baixo carbono

As preocupações com as mudanças climáticas têm mobilizado esforços da sociedade, indústrias e governos na revisão dos hábitos de consumo, de processos produtivos e na construção de políticas públicas para mitigar as emissões de gases de efeitos estufa (GEE) que provocam aumento da temperatura global. O último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) aponta para uma situação crítica, que certamente demandará compromissos ainda mais ambiciosos de redução das emissões.

Por outro lado, a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas, a COP-27, que acontece neste momento no Egito, ocorre em contexto especialmente desafiador para as discussões multilaterais. O escalonamento das tensões no cenário geopolítico internacional expôs a necessidade de reestruturação das cadeias de suprimento globais, em virtude da crise de abastecimento de energia e alimentos. Este cenário provocou uma mudança no foco das agendas econômicas, que somados à transição nas lideranças políticas de alguns países, incluindo o Brasil, reforça ainda mais a importância do engajamento da iniciativa privada neste processo de transformação.

Setores industriais eletrointensivos como o alumínio vem investindo em iniciativas para impulsionar, ao mesmo tempo, a redução das emissões setoriais, e a reinserção do país na cadeia global, uma vez que os esforços em descarbonização também se convertem em vantagem competitiva.

A Associação Brasileira do Alumínio (ABAL) produziu um estudo que mostra que o setor do alumínio no Brasil já atua com intensidade carbônica significativamente inferior à média mundial. Estima-se que as emissões do berço ao portão (cradle-to-gate) – que considera da extração da bauxita à fabricação do alumínio brasileiro – fiquem entre 2,75 e 3,5 tCO₂e/ton, enquanto a média mundial varia de 9,7 a 11,7 tCO₂e/ton. Ou seja, 3,3 vezes menor que a média global.

De acordo com estudo do Instituto Internacional do Alumínio (sigla em inglês, IAI), o setor contribui com aproximadamente 2% das emissões globais de GEE, o equivalente a cerca de 1,1 bilhões de toneladas de dióxido de carbono. Desse total, mais de 60% das emissões estão associadas às emissões indiretas atribuídas ao consumo de energia. Portanto, é na transição energética onde estão os maiores desafios e oportunidades para o setor. A China, por exemplo, tem sua produção fortemente dependente do consumo de energia a carvão (mais de 80%).

Enquanto, no Brasil, devido aos investimentos realizados pelas empresas que atuam no setor na diversificação da matriz energética utilizada para produção do metal, a partir de fontes limpas e renováveis (mais de 80%), a intensidade média de emissões correspondente apenas à etapa de produção do alumínio primário gravita entre 4,5 e 6,5 tCO₂e/ton, contra 16 tCO₂e/ton da média mundial.

Sabemos que a descarbonização do setor exigirá mais do que a transição para energias renováveis. É preciso também endereçar soluções para cerca de 30 a 35% das emissões diretas. E as tecnologias que permitirão à indústria mitigar essas emissões setoriais já estão em desenvolvimento. Considerando nível de prontidão tecnológica e os custos de implementação, as soluções mais promissoras estão relacionadas ao consumo de ânodos de carbono durante fundição de alumínio, com emprego de processos que garantam maior controle, previsão e até a supressão da ocorrência dos efeitos anódicos. Também estão em curso ações para substituição de combustíveis fósseis na geração de energia térmica empregada na alimentação de processos produtivos que requerem alta temperatura. É o caso da utilização de biomassa na operação das caldeiras das refinarias de alumina.

O terceiro caminho para a descarbonização do setor abrange ainda medidas de promoção da circularidade de materiais e uso eficiente de recursos. Trata-se de iniciativas voltadas para a redução de perdas em processo de fabricação, projeção de produtos de uso final com maior durabilidade, longevidade e leveza (ecodesign), mudança dos padrões de consumo de embalagens de uso único a multiuso, além da incorporação de melhorias na gestão de resíduos e dos sistemas de coleta e reciclagem.

Como resultado, os índices de recuperação de sucata de alumínio no Brasil figuram entre os maiores do mundo. Do total de alumínio consumido no país, mais da metade – 54,7% – vem da reciclagem, enquanto a média mundial não chega a 30%. Com destaque também para o recorde histórico na reciclagem de latas para bebidas, que no último ano alcançou a marca de 98,7%. Esse desempenho se deve, em grande parte, aos investimentos da indústria na modernização e ampliação dos centros de coleta e reciclagem, aliados ao estabelecimento de uma política de logística reversa que articula esforços de toda a cadeia de suprimento.

Além dos atributos intrínsecos do metal, o emprego das melhores práticas de gestão ambiental, social e de governança das empresas que atuam no setor fazem com que o alumínio brasileiro seja considerado um aliado estratégico para o cumprimento das metas de descarbonização de seus principais mercados consumidores. Pois é o material que proporciona melhor circularidade ao segmento de embalagens e que permite a fabricação de veículos mais leves e menos poluidores. Sua aplicação na construção civil confere maior eficiência energética às edificações verdes e seu uso no setor elétrico permite a expansão dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia com menor impacto ambiental.

Hoje o Brasil já produz alumínio de baixa intensidade carbônica, com ações em curso para diminuir ainda mais as emissões setoriais. Embora não exista uma solução única para resolver todos os problemas relacionados com as emissões setoriais, é o compartilhamento dos desafios que pavimentam o caminho para a ação colaborativa. Por esta razão, o setor assinou, em maio deste ano, um Protocolo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para apoiar com estudos técnicos e diagnósticos, a elaboração de um Plano Setorial de Mitigação.

O momento é propício à articulação de atores e à repactuação de objetivos de médio e longo prazo, em torno de uma trajetória consistente de ação climática em várias frentes. O desafio está na transformação dessas qualidades em fator de competitividade. A criação de um ambiente regulatório favorável aos investimentos é essencial para impulsionar o desenvolvimento e a escala de tecnologias que permitirá a indústria alcançar o zero líquido até 2050.

Para isso, precisamos avançar em discussões sobre o estabelecimento de regras claras e transparentes para contabilização e reporte das emissões, dos instrumentos de incentivo ao investimento em P&D, e na implementação de um mercado regulado de carbono, com mecanismos de precificação. E sobretudo, precisamos desenvolver políticas públicas que assegurem tratamento isonômico aos produtos nacionais e importados, para evitar a fuga de emissões e desvios de comércio que prejudiquem a competitividade da indústria nacional.

Fonte: Minera Brasil

Data: 14/11/2022

Potássio do Brasil investe US\$ 2,5 bilhões em Autazes 14/11/2022

A Potássio do Brasil está implantando um projeto de extração e beneficiamento de potássio no município de Autazes (AM), a 112 Km de Manaus. A companhia investirá cerca de US\$ 2,5 bilhões em um empreendimento que terá vida útil de 23 anos e capacidade de produção de 2,4 milhões de toneladas de cloreto de potássio ao ano. “Buscamos construir uma relação bastante transparente, aberta e de parceria com toda a sociedade, incluindo comunidades, entes públicos de todas as esferas de governo e empresas locais, desenvolvendo fornecedores para que eles possam estar engajados com a implementação do projeto. Porém, pouca gente conhece o nosso projeto, que é de uma substância mineral importantíssima para a segurança alimentar brasileira e mundial”, afirmou Adriano Espeschit, presidente da companhia.

Atualmente, o Projeto Potássio de Autazes já possui a Licença Prévia expedida pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e espera a liberação da Licença de Instalação, além do término da consulta ao povo indígena Mura de Autazes e Careiro da Várzea, deflagrada em 2019. Segundo Espeschit, o projeto não provocará danos ao solo e ao meio ambiente, uma vez que a mineração será subterrânea, a uma profundidade de 800 metros. Além disso, a empresa não realizará supressão vegetal, porque a área industrial em superfície utilizará uma área de pastagem de gado e, portanto, é um campo já desmatado.

Fonte: Brasil Mineral

Data: 14/11/2022

Ibovespa sustenta alta com sinalização positiva sobre fiscal

“O Ibovespa+0,81% conseguiu sustentar alta na segunda etapa do pregão desta véspera de feriado. Em dia de liquidez contida, o mercado acionário se guiou pela melhora de seus pares em Nova York em boa parte do dia, mas reagiu forte a ruídos durante a sessão marcada por compasso de espera sobre o teor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que deve ser anunciada na próxima quarta-feira.

Dólar subiu 55,5% para a América Latina em 10 anos; O que esperar agora? Informações de que a equipe de transição do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, cogita uma saída menos pesada do teto para gastos sociais podem ter ajudado o Ibovespa a escalar aos 114 mil pontos uma hora e meia antes do fechamento. A expectativa, de acordo com a Bloomberg, é a de que o “waiver” seja próximo R\$ 130 bilhões. De fato, o indicador vinha defendendo a faixa dos 113 mil, mas foi bater máxima na marca dos 114.322,31 pontos por volta das 16h30. O principal índice da B3, terminou a sessão em alta de 0,81%, aos 113.161,28 pontos com giro de R\$ 29,8 bilhões – um avanço forte em relação ao meio do dia, quando estava em torno de R\$ 10 bilhões.

Também à tarde, o vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, anunciou que o grupo de trabalho da Infraestrutura do novo governo contará com nomes como o do mestre em economia e ex-presidente do Banco Fator Gabriel Galípolo, da ex-ministra do Planejamento durante o governo Dilma Rousseff Miriam Belchior, e do ex-ministro-chefe da Secretaria Nacional dos Portos do Brasil Maurício Muniz.

Rodrigo Moliterno, head de renda variável da Veedha Investimentos, ressalta que o mercado está em um momento positivo com o Brasil já tendo feito o aperto monetário necessário para conter a inflação. No entanto, a questão fiscal para o próximo ano pesa e muito nesse cenário. “Uma hora o mercado cobra o preço da fatura sobre o fiscal, como vimos a semana passada”, disse.

na política covid zero já impactaram a cotação do minério de ferro e, por sua vez, as ações de Vale e mineradoras por aqui. A Vale saiu de uma cotação em torno de R\$ 70, semana passada, para perto de R\$ 84 durante o dia, fechando em alta de 1,23% a R\$ 83,31.

Nesta tarde, as blue chips apoiaram a alta do Ibovespa. Os papéis ordinários e preferenciais da Petrobras fecharam em alta de 2,77% e 2,63%, respectivamente, no sentido oposto à forte queda dos contratos futuros de petróleo em dia no qual a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) revisou para baixo sua projeção de aumento na demanda global por petróleo em 2022, de 2,6 milhões de barris por dia (bpd) para 2,5 milhões de bpd. O petróleo WTI para dezembro fecha em baixa de 3,47% (US\$ 3,09), a US\$ 85,87 o barril. Já no setor financeiro, subiram Banco do Brasil ON (2,48%), Bradesco PN (0,07%), e as units do Santander (0,24%). Na contramão, Itaú Unibanco PN em queda de 0,30%.

Fonte: Estadão

Data: 14/11/2022



AngloGold considera usar caminhões elétricos em mina no Brasil

A mineradora com sede na África do Sul, AngloGold Ashanti, está considerando usar caminhões elétricos em suas operações no Brasil e na Argentina. A ideia faz parte do plano da empresa de reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Como parte disso, a AngloGold anunciou um estudo de pré-viabilidade na mina de Cuiabá. O objetivo é avaliar os benefícios de substituir uma parte da frota por veículos elétricos a bateria. De acordo com a empresa, falta pouco para fazer a transição para a 100% energia hidrelétrica no Brasil.

Ainda com foco no uso de fontes de energia renováveis, a mineradora está avaliando construir um parque eólico em Cerro Vanguardia, na Argentina.

A AngloGold se comprometeu a reduzir as suas emissões de carbono de escopo 1 e 2 em 30% até 2030. Para isso, a companhia pretende combinar projetos de energia renovável, eletrificação de frota e fontes de energia de baixa emissão. Ao todo, a empresa de mineração pretende investir US\$ 1,1 bilhão para implementar todas as medidas nos próximos anos.

Fonte: Minera Brasil

Data: 14/11/2022

Tesla-backed nickel miner cuts output after waste dam leak

The troubled Goro nickel mine — one of the world's largest deposits, which is part-owned by Trafigura Group and backed by Tesla Inc. — has been forced to reduce production to address a leak from its tailings dam.

Goro, which is located in the South Pacific territory of New Caledonia, reported a “limited release of salt-laden liquid” after heavy rains in August, a spokesperson for owner Prony Resources said by email. Corrective measures required by local authorities mean that nickel output will be reduced in the fourth quarter, the company said.

The cuts at Goro are the latest example of global nickel mines disappointing at a time when the outlook for demand is soaring for use in electric-vehicle batteries. Production is booming in top supplier Indonesia, but there have been a slew of cuts or misses elsewhere, including by Eramet SA, which recently lowered its annual production target in New Caledonia, while Solway Investment Group shuttered a ferronickel plant in Ukraine due to power outages after Russian air strikes.

“The corrective measures required by the South Province mean that Prony Resources New Caledonia’s nickel production will be reduced in the fourth quarter,” the company said. “The minimum quantities required by our customer contracts will be met and we expect to be at full capacity again shortly.”

It declined to give more details or comment on when production would return to normal. Goro was previously owned by Brazilian miner Vale SA, which sold the asset last year to Prony — a consortium made up of employees, commodities trader Trafigura, Agio Global, and the New Caledonian government. The group announced an agreement at the time with Tesla to support the operation through a “technical and industrial partnership.”

Operational woes

Under Vale’s ownership, Goro was beset by operational woes and cost overruns — becoming a byword for the mining industry’s inability to deliver projects on time and on budget — and the deal with Prony only materialized after years of trying to find a buyer.

Mine tailings dams have also drawn increased international scrutiny after a collapse at one of Vale's iron ore mines at Brumadinho in Brazil in 2019 killed 270 people, in one of the most deadly mining accidents in modern history.

At Goro, Prony said it has increased monitoring of the dam and hasn't found any significant changes that could affect its stability.

The company was required to lower the water levels in the dam and ordered to take immediate corrective measures because of environmental concerns, the South Province, the local authority, said in an Oct. 14 statement.

The situation is still being analyzed, Mandy Brizard, a spokesperson for the province, said this week.

In its annual report last year, Trafigura said that priorities for the mine in 2022 "include progressing with a tailings drystacking project to reduce tailings storage risk and protect the environment," which it said would increase production to at least 35,000 tons a year.

New Caledonia's output of nickel hydroxide cake, or NHC, of which Prony is the key producer, rose 41% in the first nine months of 2022 from the same period a year earlier to 19,662 tons of nickel content, according to a report from the government.

Fonte: Mining.com

Data: 14/11/2022



Centamin to up Sukari mining rate by 31% with underground expansion

West Africa-focused gold miner Centamin (LON:CEY) (TSX:CEE) unveiled on Tuesday that the ore mining rate at its flagship Sukari gold mine in Egypt could grow by 31% if operations are expanded underground.

Based on a report by Australian consultants Entech, Sukari's capacity has the potential to reach 1.5 million tonnes per annum (Mtpa) of total ore mined. This represents a 31% increase from the current life of mine average of 1.1Mtpa.

The upgrade, the company said, could be achieved without a change to mining methods as it would only require opening additional haulage access through the open pit.

"The expansion of the Sukari underground mining capacity is a significant step towards delivering on our commitment to consistently produce 500,000 ounces per annum from the Sukari gold mine," chief executive Martin Horgan said in a statement.

The ability to expand the mine's underground section, Horgan noted, is a result of Centamin's transformed approach to mineral resource management, which delivered a doubling of the below-ground reserve in 2021.

The underground section of Sukari generated 739,000 tonnes last year, with ore grades considerably higher than the open pit operation, which produced 12.4Mt in 2021. The expansion would require between \$25 and \$35 million of additional capital, and the company is expecting to reach the new output by 2025.

Centamin is now working to engineer and schedule the project by the first half of 2023. BMO metals and mining analyst, Raj Ray, called the ongoing underground exploration at Sukari "encouraging", but noted there still are bottlenecks that need to be addressed to understand the mine's new potential.

"While we view the technical aspects of delivering the underground expansion as straightforward, there are quite a few variables we need visibility on including underground mineral inventory, expected mining grades, operating costs and sustaining development requirements before incorporating the expansion scenario in our valuation assumption for Centamin," Ray wrote on Tuesday.

A fully engineered life of mine plan and mining schedule, incorporating Sukari's 2022 mineral resource, is expected to be completed by mid-2023. Following equipment delivery and underground development, mining rates are expected to ramp up throughout 2024 and reach steady state in 2025.

Sukari, Egypt's sole gold-exporting mine and the first large-scale modern gold operation in the North African nation, contributes up to \$900 million a year to the country's gross domestic product.

Luring majors

Despite bountiful reserves of the precious metal and a rich mining history that supported the making of elaborate Pharaonic jewellery, Egypt's mineral wealth remains largely under-explored and undeveloped.

The lack of activity was due, in part, to the country's past system of royalties and profit-sharing agreements, which made it difficult and unprofitable for miners to explore for and exploit minerals.

A legislative overhaul in 2020 eliminated the need for miners to form joint ventures with the Egyptian government. It also limited state royalties to a maximum of 20%.

The country also announced a series of gold bid rounds, which have so far attracted mining heavyweights as well as juniors.

Other than Centamin, companies that have won concessions in Egypt over the past year include Barrick Gold, B2Gold, Aton Resources, Altus Strategies' subsidiary AKH Gold, Lotus Gold and Red Sea Resources.

Fonte: Mining.com

Data: 15/11/2022

Lithium and Chile: white gold and the El Dorado of the twenty-first century

With the increase in popularity of electric vehicles powered by lithium-ion batteries, together with worldwide inflation following oversupply amid the Covid-19 pandemic, the 'Lithium Triangle' is a phrase on everyone's lips. According to the US Geological Survey, the Lithium Triangle is an approximately 400,000km² region covering Argentina, Bolivia, and Chile, which hosts nearly 60% of the world's known resources of lithium, a metal dubbed by those in the industry as "white gold". Consequently, investors are planning to begin or continue collaborating with these countries as they look at their potential for the future, especially Chile. However, amid sky-high lithium prices, getting ahold of the precious mineral is not as easy as it once was.

Patricia Vásquez, energy expert and author of *The Lithium Triangle: The Case for Post-Pandemic Optimism* report, outlines the potential opportunities that would allow South America to become a leading lithium-producing continent in the wake of the pandemic. However, at the same time, South American governments are becoming more interested in adding value to the resource rather than just selling it as a raw material. This was the case for Indonesia, the world leader in nickel reserves. In 2019, it stopped exporting the raw metal, aiming instead to become a power in nickel extraction and refining and eventually sell cathodes to China for their Li-ion batteries.

This is also the case for other kinds of resources. For example, Lindt, the famous Swiss chocolate, began relying on prestigious cocoa from Africa and South America. Only then did Randolph Lindt add value to the asset. Along the same lines, in London in 1706, the English merchant Thomas Twining first commercialized his celebrated tea blends from India, and the rest is history.

The vertices of the triangle – Argentina, Bolivia, and Chile

Argentina managed to attract a lot of investors before the Covid-19 pandemic. Because different political parties, as mutually agreed, sit on a regional coordination committee, a lot of incentives were agreed upon and turned out to be successful. Now, private mining companies control Argentinian lithium production. For example, at the beginning of 2022, Rio Tinto acquired the Rincon lithium project for \$825m, and Livent began extending extraction in its Fenix lithium mine. Argentina's lithium industry is expanding, and even if the country has plans to enter the battery production market, the local government seems more interested in short-term profit rather than a broader vision for the country's economy.

Bolivia is not an investment-friendly nation and lacks collaboration and coordination from the internal government, which puts the country a decade behind Argentina and Chile in terms of ore resource exploitation and know-how. Bolivia has a long way to go before entering the lithium market.

In a world hungry for battery minerals, Chile is developing quickly. Most of the country's lithium reserves are found in the Salar Flat of Atacama, and these put the country in a leading position within the white gold market alongside Australia. Chilean lithium production is set to reach 30 thousand metric tons by 2026, according to GlobalData forecasts. This September, Chileans voted in a national plebiscite to determine whether the public agreed with the text of a new Political Constitution of the Republic, drafted following the unrest of 2019. Among various proposals, the nationalisation of the mining industry has been suggested, but this has faced opposition. Regardless of its internal politics, Chile has a role to play in the battery economy. But when and how this will happen are still unknown.

Water, another valuable resource too often overlooked

Lithium is not used on its own, but it needs to be processed into lithium carbonate or lithium hydroxide. To do this, the metal needs to precipitate from the solution, and freshwater is used in this process. Specifically, approximately 500,000 gallons of water are needed to extract one ton of lithium. Now, imagine the implications of depleted freshwater supplies in a desert, a place that contains lithium but little water. Moreover, water contamination can be an issue. For this reason, concerns from local communities and environmental experts must be considered. Indeed, it is crucial to stress the urgency of better assessing the implications of water consumption for lithium production using a tailored approach for each project.

Fonte: Mining-technology

Data: 12/11/2022

Argonaut contractor dies at Magino project in Ontario

The company is working with authorities to investigate an isolated incident Monday morning at the mill's construction site, it said in a news release.

"The loss of this individual is a shock to us all," Larry Radford, Argonaut president and chief executive officer, said in the release. "We extend our deepest sympathy to his family and loved ones."

The company provided no further details on the circumstances of the death.

Argonaut is aiming to start production at the Magino open-pit project in April after costs have nearly doubled since construction began two years ago. It is located at a past-producing underground mine east of Lake Superior, less than one km from Alamos Gold's (TSX: AGI; NYSE: AGI) Island gold mine.

Argonaut has raised nearly half a billion dollars in debt and equity deals this year to keep the project on schedule. It's now more than 70% complete. The company is also trying to rebound from depressed third-quarter output that led to a \$1.3-million loss over the three-month period to Sept. 30.

The company is targeting annual production of 142,000 oz. over the first five years of Magino with 19-year life-of-mine cash costs of US\$907 per oz. Estimated development costs almost doubled to \$920 million in May from \$510 million in 2020. It bought the property in 2012.

Magino has proven and probable reserves of 58.9 million tonnes grading 1.13 grams gold per tonne for 2.1 million oz. of contained gold ore. Measured and indicated resources, inclusive of reserves, stand at 144 million tonnes grading 0.91 gram gold for 4.2 million gold ounces.

In afternoon trading in Toronto, Argonaut was down nearly 8% to 35¢ per share, within a 52-week range of 34¢ and \$4.09. The company has about 801 million shares outstanding and a valuation of \$280.5 million.

Fonte: Northernminer.com

Data: 15/11/2022

Nossos Contatos



contato@adimb.org.br



(61) 3326-0759



/company/adimb-oficial



adimb_oficial

Sede

Centro Empresarial Liberty
Mall Torre A, Sala 505
SCN Q.02 Bloco D
CEP : 70712903
Brasília/DF



ADIMB
Agência para o Desenvolvimento e
Inovação do Setor Mineral Brasileiro